



MPRJ

MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

TERMO DE **REFERÊNCIA**

Registro de Preços para aquisição de Smart TVs, Suportes para Smart TVs e Cabos HDMI.

MARÇO

2026



STIC
MPRJ

SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA
INFORMAÇÃO E DE COMUNICAÇÃO

Av. Marechal Câmara, nº 370, 5º Andar
Centro - Rio de Janeiro, RJ - Brasil
CEP 20020-080 - Telefone: (21) 2550-7331
E-mail: stic@mprj.mp.br

Sumário

1.	INTRODUÇÃO.....	3
2.	FUNDAMENTAÇÃO E JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO	3
3.	OBJETO	4
4.	DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO DE TI	4
5.	ESPECIFICAÇÃO E REQUISITOS	5
6.	MODELO DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS OU FORNECIMENTO DE BENS.....	5
7.	DO RECEBIMENTO DO OBJETO.....	6
8.	DA GARANTIA E ASSISTÊNCIA TÉCNICA “ON SITE”	7
9.	LOCALIDADE DE ENTREGA E DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS	10
10.	FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO	11
11.	RESPONSABILIDADES DA CONTRATANTE.....	13
12.	RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA	14
13.	DA VIGÊNCIA.....	16
14.	DO ÓRGÃO GERENCIADOR	17
15.	ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS POR ÓRGÃO ADERENTE	17
16.	DA CONTRATAÇÃO PELO ÓRGÃO GERENCIADOR E PELOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES/ADERENTES	18
17.	DO REAJUSTE	19
18.	DA GARANTIA CONTRATUAL	19
19.	DA SUBCONTRATAÇÃO.....	19
20.	CONDIÇÕES DE PAGAMENTO	19
21.	PRAZOS	20
22.	SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.....	20
23.	SELEÇÃO DE FORNECEDOR.....	24
24.	DA PROPOSTA DE PREÇOS.....	24
25.	DO TRATAMENTO DIFERENCIADO PARA AS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE	25
26.	DA PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIOS E COOPERATIVAS.....	25
27.	DO CONTRATO.....	25
28.	DO TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS.....	26
29.	EQUIPE DE ELABORAÇÃO	26
30.	APROVAÇÃO	27

1. INTRODUÇÃO

O presente Termo de Referência destina-se à instauração de procedimento licitatório, objetivando o registro de preços para aquisição de Smart TVs, suportes para Smart TVs e cabos HDMI, para atendimentos aos órgãos do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, pelo período de 12 (doze) meses.

O Núcleo Administrativo da Secretaria de Tecnologia da Informação e de Comunicação e a Gerência de Telecomunicações são as unidades administrativas responsáveis pela coordenação e elaboração deste Termo de Referência.

2. FUNDAMENTAÇÃO E JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

O Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro tem como missão institucional a prestação de serviços de qualidade à sociedade e o fomento de um ambiente de trabalho moderno e eficiente para seus membros, servidores e colaboradores. Nesse contexto, a comunicação interna e externa, a capacitação profissional, a realização de reuniões técnicas e a apresentação de dados e resultados são atividades diárias e essenciais para o cumprimento das metas institucionais.

Atualmente, o órgão depara-se com uma deficiência operacional na infraestrutura de apoio a essas atividades. A carência de equipamentos de exibição audiovisual modernos e em quantidade suficiente impacta diretamente a eficiência e a qualidade dos trabalhos realizados, podendo acarretar dificuldade na exibição de apresentações, dados estatísticos, indicadores de desempenho e materiais informativos em reuniões e eventos; prejuízo para a realização de treinamentos, palestras e videoconferências, ferramentas fundamentais para o desenvolvimento contínuo dos membros e servidores; além de comprometimento da produtividade e desgaste operacional, pelo improfícuo aproveitamento do tempo com eventuais soluções improvisadas e desorganizadas.

No intuito de sanar essa deficiência e modernizar a infraestrutura do órgão, torna-se imperiosa a aquisição de televisores, que serão destinados às salas de reunião, auditórios, salas de treinamento, salas multimídias e áreas de convivência, para exibição de conteúdos dinâmicos, transmissões de reuniões e videoconferências, e divulgação de informes internos; bem como os respectivos suportes para fixação segura e adequada; e cabos HDMI, indispensáveis para a conexão entre fontes de sinal (como computadores e notebooks) e os televisores, assegurando a transmissão de áudio e vídeo em alta definição.

A aquisição dos bens especificados representa um investimento necessário e estratégico, que trará benefícios tangíveis para a Administração, com ganho de eficiência nas reuniões, apresentações e processos decisórios; melhoria na comunicação entre a Instituição e seus públicos interno e externo; otimização de recursos e; modernização da infraestrutura, através da adequação do *Parquet* aos atuais padrões tecnológicos, refletindo em sua imagem institucional.

3. OBJETO

3.1. O objeto deste Termo de Referência é o Registro de Preços para aquisição de Smart TVs de 43" (quarenta e três polegadas) e de 65" (sessenta e cinco polegadas), suportes para Smart TVs e cabos HDMI.

4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO DE TI

4.1. Bens que compõem o objeto contratual, divididos em lotes:

Tabela 1 - Lista de componentes do Lote 1:

LOTE 1 – SMART TV 4K DE, NO MÍNIMO, 43" e 65" (Ampla concorrência)		
ITEM	MATERIAL	QUANTIDADE
1.1	Smart TV LED, 4K, com tela de, no mínimo, 43" (quarenta e três polegadas)	29
1.2	Smart TV LED, 4K, com tela de, no mínimo, 65" (sessenta e cinco polegadas)	30

Tabela 2 - Lista de componentes do Lote 2:

LOTE 2 – SMART TV 4K DE, NO MÍNIMO, 43" e 65" (Reservado para ME e EPP)		
ITEM	MATERIAL	QUANTIDADE
2.1	Smart TV LED, 4K, com tela de, no mínimo, 43" (quarenta e três polegadas)	9
2.2	Smart TV LED, 4K, com tela de, no mínimo, 65" (sessenta e cinco polegadas)	9

Tabela 3 - Lista de componentes do Lote 3:

LOTE 3 – SUPORTE DE FIXAÇÃO PARA PAREDE E TETO (Exclusivo para ME e EPP)		
ITEM	MATERIAL	QUANTIDADE
3.1	Suporte de parede fixo para Smart TVs de, no mínimo, 43" (quarenta e três polegadas).	25
3.2	Suporte de parede articulado, inclinável e com giro, para Smart TVs de, no mínimo, 43" (quarenta e três polegadas).	09
3.3	Suporte de parede fixo para Smart TVs de, no mínimo, 65" (sessenta e cinco polegadas).	24
3.4	Suporte de parede articulado, inclinável e com giro, para Smart TVs de, no mínimo, 65" (sessenta e cinco polegadas).	09
3.5	Suporte de teto articulado, inclinável e com giro, para Smart TVs de, no mínimo, 43" (quarenta e três polegadas).	12

3.6	Suporte de teto articulado, inclinável e com giro, para Smart TVs de, no mínimo, 65" (sessenta e cinco polegadas).	13
-----	--	----

Tabela 4 - Lista de componentes do Lote 4:

LOTE 4 – CABO HDMI (Exclusivo para ME e EPP)		
ITEM	MATERIAL	QUANTIDADE
4.1	Cabo HDMI de 05 (cinco) metros	17
4.2	Cabo HDMI de 10 (dez) metros	22
4.3	Cabo HDMI de 20 (vinte) metros	23
4.4	Cabo HDMI de 50 (cinquenta) metros	12

5. ESPECIFICAÇÃO E REQUISITOS

5.1. As especificação e requisitos com as quais a solução de TI deverá estar em conformidade estão detalhadas no **ANEXO I – Especificações e Requisitos**.

6. MODELO DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS OU FORNECIMENTO DE BENS

6.1. Da solicitação:

- 6.1.1. Todo e qualquer serviço ou fornecimento a ser demandado somente deverá ser executado pela CONTRATADA mediante ORDEM DE SERVIÇO/FORNECIMENTO DE BENS (OS/FB), emitida pelo Gestor do Contrato, conforme modelo e procedimentos definidos pelo MPRJ;
- 6.1.2. A equipe da CONTRATANTE responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato será composta pelo Gestor do Contrato, Fiscais Técnico, Administrativo e Requisitante, formalmente designados;
- 6.1.3. As datas de início e término da execução dos trabalhos serão registradas na própria Ordem de Serviço/Fornecimento de Bens;
- 6.1.4. Para a posterior avaliação e aceitação, os artefatos e produtos gerados em cada item contratado deverão atender aos critérios de qualidade definidos neste Termo de Referência e nos procedimentos, metodologias ou processos de trabalho da CONTRATANTE, complementados por outros critérios, no que couber, na Ordem de Serviço/Fornecimento de Bens;
- 6.1.5. A interrupção na execução dos trabalhos não interrompe a contagem dos prazos estipulados neste Termo de Referência e nas Ordens de Serviço, salvo por motivo formalmente justificado pela CONTRATADA e aceito pela CONTRATANTE;

- 6.1.6. O ônus de entregar os bens/equipamentos/materiais é exclusivo da CONTRATADA. Portanto, não serão acolhidas como justificativa para a não entrega ou para a entrega além do prazo estipulado, alegações que transfiram a responsabilidade a terceiros, salvo situação excepcional, devidamente comprovada pela CONTRATADA;
- 6.1.7. Não serão considerados excepcionais para os fins do item anterior, por configurarem risco inerente à atividade, atrasos habituais na entrega pelos Correios ou por empresa transportadora eventualmente acionada pela CONTRATADA para efetuar a entrega.
- 6.1.8. A solicitação dos itens ocorrerá da seguinte maneira:
- a) A CONTRATANTE solicita a execução dos itens por meio de uma Ordem de Serviço/Fornecimento de Bens (OS/FB), indicando as informações requeridas na OS/FB;
 - b) A CONTRATADA não poderá recusar a execução de nenhuma OS/FB, sob pena de incorrer em inexecução parcial. Porém, poderá questionar e solicitar adequações na OS/FB, desde que aderentes aos itens previstos, ao contrato e a este Termo de Referência, para garantir a qualidade das entregas;
 - c) Caberá à CONTRATANTE acatar ou não as requisições da CONTRATADA;
 - d) A CONTRATADA, caso necessário, terá o prazo de 1 (um) dia útil, após a emissão da OS/FB, para questionar ou solicitar adequações junto à CONTRATANTE;
 - e) A CONTRATANTE analisará os questionamentos ou solicitações da CONTRATADA e, em acatando, providenciará as adequações necessárias na OS/FB, emitindo-a novamente.

6.2. A OS/FB poderá ser replanejada a qualquer momento, a critério da CONTRATANTE, fato que deverá ser formalmente registrado e comunicado, ensejando a devolução (reabertura) dos prazos para execução dos itens objeto de alteração;

6.3. A CONTRATADA deverá comunicar formalmente à CONTRATANTE quaisquer fatores que possam afetar a execução dos itens contratados, impactando os prazos ou a qualidade do produto a ser entregue, quer esses fatores sejam provocados por ela ou pelos órgãos e entidades envolvidos, antecipadamente à ocorrência dos efeitos. A falta dessa comunicação poderá, a critério da CONTRATANTE, implicar a não aceitação das justificativas.

7. DO RECEBIMENTO DO OBJETO

7.1. A CONTRATANTE efetuará o recebimento do objeto contratado provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade com as especificações, e definitivamente, após a verificação da qualidade e quantidade do objeto de acordo com o contrato;

7.2. Em caso de rejeição total/parcial do objeto contratado, substituição ou demais hipóteses de descumprimento de outras obrigações contratuais, avaliadas na etapa de recebimento, CONTRATADA estará sujeita à aplicação das sanções administrativas cabíveis.

7.3. Recebimento Provisório:

- 7.3.1. A CONTRATANTE receberá provisoriamente o objeto contratado, que será decomposto em fases e pacotes de entrega mediante emissão de termo circunstanciado, assinado pelas partes, em até 05 (cinco) dias úteis após a entrega do objeto;
- 7.3.2. O recebimento provisório caberá ao fiscal técnico especialmente designado para acompanhamento e fiscalização do contrato decorrente desta proposição;
- 7.3.3. O ato de recebimento provisório poderá ser suprimido quando as características do objeto permitirem identificar, de imediato, que as entregas atendem adequadamente aos requisitos previstos.

7.4. Recebimento Definitivo:

- 7.4.1. A CONTRATANTE efetuará o recebimento definitivo do objeto após realizar a verificação da qualidade, quantidade e se os itens fornecidos atendem aos requisitos estabelecidos;
- 7.4.2. Ocorrendo problemas durante a execução do recebimento definitivo, eles serão informados à CONTRATADA, que deverá providenciar as correções cabíveis;
- 7.4.3. Uma vez verificada a adequação dos serviços prestados ou dos itens entregues, o MPRJ efetuará o recebimento definitivo mediante emissão de termo circunstanciado, em até 10 (dez) dias úteis após a emissão do Termo de Recebimento Provisório;
- 7.4.4. O recebimento definitivo caberá ao responsável da respectiva área contemplada pelo objeto entregue, um usuário chave da Gerência/Setor (definido pelo responsável da área) e ao gestor do contrato formalmente designado;
- 7.4.5. O objeto contratado será rejeitado caso esteja em desacordo com as especificações, devendo a CONTRATANTE apontar a ocorrência por escrito, detalhando as razões para deixar de emitir o Termo de Recebimento Definitivo e indicando as falhas e pendências verificadas;
- 7.4.6. O recebimento definitivo do objeto não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA com relação ao funcionamento e configurações divergentes do especificado, durante todo o seu período de garantia;
- 7.4.7. O recebimento definitivo é condição indispensável para o pagamento da etapa entregue;
- 7.4.8. A CONTRATANTE ainda poderá impugnar quaisquer serviços prestados ou itens fornecidos mesmo após a emissão do Termo de Recebimento Definitivo, devendo a CONTRATADA proceder com os devidos ajustes no objeto.

8. DA GARANTIA E ASSISTÊNCIA TÉCNICA “ON SITE”

8.1. Para os Lote 01 e 02:

- 8.1.1. A CONTRATADA deverá fornecer garantia mínima de 12 (doze) meses para todos os componentes dos equipamentos contratados, com suporte técnico na modalidade “on-

site”, o que significa que todos os serviços de reparo, substituição de peças, retirada e devolução de equipamentos devem ser realizados nas dependências da CONTRATANTE, sem custos adicionais;

- 8.1.2. A garantia com suporte técnico “on-site” deverá ser estendida por mais 12 (doze) meses, totalizando 24 (vinte e quatro) meses de cobertura;

8.2. Para os Lotes 03 e 04:

- 8.2.1. A CONTRATADA deverá fornecer garantia mínima de 12 (doze) meses para todos os equipamentos e componentes contratados, com suporte técnico na modalidade “on-site”.

8.3. Todos os produtos ofertados deverão ser novos e sem uso, entregues em embalagem original, sem vícios ou marca de violação;

8.4. Durante o período de garantia, a manutenção dos equipamentos deverá ser realizada pelo fabricante ou autorizada técnica do fabricante;

8.5. A CONTRATADA terá o prazo de 15 (quinze) dias consecutivos, após a entrega dos equipamentos, para adequação dos serviços de garantia e assistência técnica “on-site” contratados;

8.6. A garantia estendida deverá compreender as mesmas condições da garantia contratual estabelecida nos itens 8.1.1 e 8.2.1, e cobrirá, obrigatoriamente:

- a) Defeitos de fabricação e vícios ocultos de componentes eletrônicos e mecânicos;
- b) Substituição de peças originais ou componentes por novos de performance igual ou superior;
- c) Reparo ou substituição de cabos e suportes que apresentem falha estrutural de conectividade.

8.7. O licitante deverá descrever em sua proposta os termos das garantias ofertadas;

8.8. O serviço de assistência técnica em garantia do fabricante deverá cobrir todos os procedimentos técnicos destinados ao reparo de eventuais falhas apresentadas nos equipamentos, de modo a restabelecer seu normal estado de uso e dentre os quais se incluem a substituição de peças, ajustes e reparos técnicos diversos que deverão ser realizados em conformidade com manuais e normas técnicas especificadas pelo fabricante dos equipamentos, ou a troca técnica (substituição) de equipamento avariado por outro novo (sem uso), no mesmo modelo e padrão apresentado na PROPOSTA ou superior;

8.9. O serviço de garantia “on-site” deverá utilizar apenas peças e componentes originais, salvo nos casos fundamentos por escrito e aceitos pela CONTRATANTE;

8.10. O suporte técnico da garantia, na modalidade “on-site”, deverá ser realizado de segunda a sexta-feira, em dias úteis, das 09:00 às 18:00 horas, e consiste no reparo das eventuais falhas do

produto por meio de substituição de peças e componentes que se apresentarem defeituosos, de acordo com os manuais e normas técnicas específicas do produto;

8.11. A CONTRATADA deverá disponibilizar endereço de e-mail ou ferramenta web que permita o registro do atendimento e acompanhamento dos chamados;

8.12. A CONTRATADA deverá, durante todo o período do Contrato, possuir atendimento telefônico para informar sobre a situação das ordens de serviço;

8.13. As ferramentas disponibilizadas deverão fornecer, para cada registro, uma numeração única e sequencial, data e hora de abertura do chamado, forma de cancelamento e meios para consulta dos relatos técnicos da CONTRATADA nas Ordens de Serviço exclusivas do MPRJ;

8.14. Modelo de prestação dos serviços de garantia e assistência técnica:

- a) A CONTRATADA deverá solucionar os chamados para manutenção dos equipamentos em prazo não superior a 72 (setenta e duas) horas corridas (tempo de solução), a contar da notificação (data/horário) feita pelo MPRJ;
- b) Antes de findar o prazo inicial de 72 (setenta e duas) horas, caso a CONTRATADA identifique não ser possível solucionar o defeito, deverá fornecer outro equipamento de configuração e qualidade igual ou superior, em caráter temporário ("backup"), pelo prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da notificação (data/horário) feita pelo MPRJ;
- c) Passados 15 (quinze) dias úteis de inoperância do equipamento, a contar da notificação (data/horário) feita pelo MPRJ, independentemente da colocação do "backup", não havendo solução para o defeito do produto, a CONTRATADA deverá substituir, em definitivo, o equipamento ofertado por outro novo, preferencialmente idêntico ao defeituoso ou, quando não for possível, por outro equipamento de características equivalentes ou superiores, em perfeitas condições de uso.

8.15. No momento da substituição definitiva do bem defeituoso, a CONTRATADA deverá adotar o seguinte procedimento:

- a) Comunicar o fato à Gerência de Telecomunicações, dentro do próprio chamado de substituição do bem defeituoso, e por e-mail, para a conta getel@mprj.mp.br, fornecendo as seguintes informações:
 - a especificação técnica do novo equipamento;
 - o folder contendo a especificação técnica do novo equipamento; e
 - a nota fiscal do novo equipamento, contendo todos os dados necessários para a sua correta identificação.
- b) No momento da substituição definitiva do bem defeituoso, a CONTRATADA deverá retirar a plaqueta de patrimônio do equipamento antigo e entregá-la ao responsável do local, mediante recibo próprio e destinado exclusivamente para esta finalidade, o qual

terá que ser homologado anteriormente pelo Órgão Fiscalizador e ter o seu registro na Ordem de serviço do técnico.

8.16. Havendo a necessidade de substituições de peças e/ou componentes, as partes substitutas deverão ser novas, sem uso e originais. Para os casos em que as partes substitutas não mais existam no mercado, será admitido, excepcionalmente, o uso de peças seminovas, devendo a hipótese ser comunicada por escrito, ficando a cargo da equipe de fiscalização a devida aprovação;

8.17. Caso o atendimento do chamado e/ou a execução do serviço de manutenção não seja realizada dentro do prazo, a CONTRATADA ficará sujeita às multas detalhadas neste Termo de Referência;

8.18. Durante o período de garantia, as despesas relativas a transporte de equipamentos, encargos trabalhistas, seguro de acidentes, impostos, contribuições previdenciárias e quaisquer outras que forem devidas e referentes aos serviços executados por seus empregados correrão por conta da CONTRATADA, não cabendo ao MPRJ, quaisquer ônus;

8.19. A CONTRATADA deverá responder, integralmente, pelas perdas e danos que vier causar à CONTRATANTE ou a terceiros, em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou dos seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita;

8.20. Não serão aceitos equipamentos ou acessórios reconicionados, ou que tenham origem desconhecida, ou que sejam comercializados sem as devidas conformidades dos órgãos de fiscalização brasileiros, ou com restrições de comercialização;

8.21. Todos os equipamentos e acessórios deverão ser compatíveis entre si;

8.22. A garantia compreende a cobertura de todo e qualquer defeito, avaria, desgaste ou disfunção ocorrida no objeto, independentemente de ser ou não decorrente de falha na fabricação;

8.23. Durante o período da garantia, a CONTRATADA deverá responsabilizar-se pelos eventuais acertos e tratativas com o fabricante dos equipamentos e acessórios;

8.24. A exclusão de responsabilidade sob alegação de uso incorreto somente será admitida após reconhecimento pelo Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro.

9. LOCALIDADE DE ENTREGA E DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

9.1. Os serviços serão prestados no seguinte endereço: Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro - Avenida Marechal Câmara 370, Centro, Rio de Janeiro - RJ - CEP 20.020-080 ou local indicado pelo MPRJ, na mesma cidade da sede;

9.2. Para fins da execução dos serviços, a CONTRATADA deverá se deslocar às suas expensas, incluindo todos os custos de deslocamento, transporte, diárias, alimentação, hospedagem, adicionais noturnos ou quaisquer outros envolvidos;

9.3. Como padrão e quando não especificado em contrário, considerar-se-á como dia útil o período de 08 horas úteis, das 10h00 às 18h00, nos dias em que houver expediente no MPRJ. Considerar-se-á hora útil o intervalo de uma hora dentro de um dia útil;

9.4. Os serviços eventualmente realizados fora do horário de expediente, aos sábados, domingos e feriados, sejam no ambiente da CONTRATADA ou no ambiente do MPRJ, não implicarão nenhum acréscimo ou majoração nos valores pagos à CONTRATADA.

10. FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

10.1. O gerenciamento e a fiscalização do contrato serão exercidos por meio de representantes formalmente designados pela CONTRATANTE, aos quais compete acompanhar, fiscalizar, conferir e avaliar a prestação dos serviços bem como dirimir quaisquer dúvidas e pendências que surgirem;

10.2. A **Gerência de Telecomunicações** será o órgão do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro responsável pela gestão e fiscalização da execução dos serviços objeto deste Termo de Referência;

10.3. A Equipe de Gerenciamento do Contrato poderá, a qualquer tempo, exigir da CONTRATADA os elementos necessários ao esclarecimento de quaisquer dúvidas relativas aos serviços, tais como dados estatísticos, demonstrativos de custos, notas fiscais, mapa de registro e controle dos serviços;

10.4. Durante a execução dos serviços, fica reservada à Equipe de Gerenciamento do Contrato a autonomia para decidir sobre quaisquer casos que venham a surgir e/ou fugir da rotina, ou que não tenham sido previstos neste Termo de Referência, ou, ainda, nas disposições do decorrente Instrumento Contratual;

10.5. A Equipe de Gerenciamento do Contrato poderá, a seu critério, realizar inspeções periódicas com o fim de verificar o cumprimento das especificações constantes do presente Termo de Referência;

10.6. A fiscalização e o acompanhamento dos serviços não reduzem nem eximem as responsabilidades da empresa CONTRATADA perante o Ministério Público ou terceiros;

10.7. Qualquer tolerância por parte da Equipe de Gerenciamento do Contrato em relação ao estabelecido no contrato não implicará em alteração de cláusulas ou condições pactuadas;

10.8. A Equipe de Gerenciamento do Contrato poderá exigir que a CONTRATADA estabeleça novos procedimentos administrativos, visando aprimoramento de controles e melhoria da rotina e da qualidade dos serviços;

10.9. Não será de responsabilidade da CONTRATANTE quaisquer encargos, tais como:

- a) Salário dos profissionais e encargos trabalhistas;
- b) Deslocamento dos profissionais e despesas com alimentação;
- c) Impostos e demais encargos fiscais;
- d) Custos da logística na operação de transporte de equipamentos e ferramentas;
- e) Taxa de administração;

- f) Demais dispêndios.

10.10. Definição de papéis e responsabilidades:

10.10.1. Fiscal Requisitante:

- a) Representar a Unidade Demandante do MPRJ, acompanhando a execução física do Contrato e seus aspectos funcionais;
- b) Informar ao Fiscal Técnico, para providências, quaisquer problemas no funcionamento da solução;
- c) Zelar pelo fiel cumprimento do Contrato.

10.10.2. Fiscal Técnico:

- a) Fiscalizar a execução física do Contrato quanto aos aspectos técnicos da solução, acompanhando, inclusive, a prestação de serviços relativos à garantia técnica;
- b) Zelar pelo fiel cumprimento do Contrato;
- c) Representar o MPRJ nas questões técnicas e operacionais do Contrato;
- d) Prestar informações técnicas ao Gestor, para possibilitar a análise administrativa e financeira do Contrato;
- e) Anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do Contrato, informando a data e o nome dos profissionais eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos;
- f) Relatar, por escrito, ao Gestor qualquer fato que gere atraso ou impossibilidade de cumprimento do Contrato.

10.10.3. Fiscal Administrativo:

- a) Fiscalizar o Contrato quanto aos aspectos administrativos;
- b) Zelar pelo fiel cumprimento do Contrato.

10.10.4. Gestor do Contrato:

- a) Representar a Unidade Demandante do MPRJ acompanhando toda a execução do Contrato;
- b) Gerenciar a execução do Contrato;
- c) Zelar pelo fiel cumprimento do Contrato;
- d) Representar o MPRJ nas questões administrativas e financeiras;

- e) Prestar informações técnicas necessárias à análise administrativa e financeira do Contrato.

10.10.5. Preposto da CONTRATADA:

- a) Representar a empresa contratada;
- b) Acompanhar a execução do Contrato e atuar como principal interlocutor junto ao MPRJ, participando, inclusive, das reuniões para as quais for convocado;
- c) Receber, diligenciar, encaminhar e responder às principais questões técnicas, legais e administrativas no curso da execução contratual.

11. RESPONSABILIDADES DA CONTRATANTE

11.1. São responsabilidades da CONTRATANTE:

- 11.1.1. Nomear Gestor e Fiscais do Contrato para acompanhar e fiscalizar sua execução;
- 11.1.2. Encaminhar formalmente as demandas de serviços, de acordo com os critérios estabelecidos neste Termo de Referência;
- 11.1.3. Receber o objeto prestado pela CONTRATADA que esteja em conformidade com a proposta aceita, conforme inspeções realizadas;
- 11.1.4. Supervisionar a execução do objeto do Contrato, exigindo presteza na execução e correção das falhas eventualmente detectadas;
- 11.1.5. Aplicar à CONTRATADA as sanções administrativas regulamentares e contratuais cabíveis;
- 11.1.6. Liquidar o empenho e efetuar o pagamento à CONTRATADA, dentro dos prazos preestabelecidos em Contrato;
- 11.1.7. Comunicar à CONTRATADA todas e quaisquer ocorrências relacionadas com a prestação dos serviços;
- 11.1.8. Prestar as informações e os esclarecimentos pertinentes que venham a ser solicitados pelo representante da CONTRATADA;
- 11.1.9. Disponibilizar para a equipe técnica da CONTRATADA os recursos necessários para cumprimento do objeto do Contrato;
- 11.1.10. Assistir a equipe técnica da CONTRATADA na indicação dos locais de execução dos serviços, como forma de prevenir a ocorrência de danos de qualquer natureza;
- 11.1.11. Registrar as ocorrências que estejam em desacordo com as condições estabelecidas neste Termo de Referência, solicitando à CONTRATADA a pronta regularização;

- 11.1.12. Permitir acesso dos empregados da CONTRATADA às suas dependências para a execução dos serviços;
- 11.1.13. Proceder com a avaliação dos serviços e ateste das respectivas faturas decorrentes.

12. RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

12.1. São responsabilidades da CONTRATADA:

- 12.1.1. Indicar formalmente preposto apto a representá-la junto à CONTRATANTE, que deverá responder pela fiel execução do contrato;
- 12.1.2. Atender prontamente quaisquer orientações e exigências do fiscal do contrato, inerentes à execução do objeto contratual;
- 12.1.3. Sujeitar-se à mais ampla e irrestrita fiscalização por parte da CONTRATANTE, prestando todos os esclarecimentos solicitados e atendendo prontamente às reclamações formuladas;
- 12.1.4. Tomar todas as providências necessárias à fiel execução dos serviços objeto do Contrato;
- 12.1.5. Reparar quaisquer danos diretamente causados à CONTRATANTE ou a terceiros por culpa ou dolo de seus representantes legais, prepostos ou empregados, em decorrência da relação contratual, não excluindo ou reduzindo a responsabilidade da fiscalização ou o acompanhamento da execução dos serviços pela CONTRATANTE;
- 12.1.6. Propiciar todos os meios e facilidades necessárias à fiscalização dos serviços pela CONTRATANTE, cujo representante terá poderes para sustar o fornecimento, total ou parcialmente, em qualquer tempo, sempre que considerar a medida necessária;
- 12.1.7. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 12.1.8. Providenciar que seus contratados portem documento de identificação quando da execução do objeto à CONTRATANTE;
- 12.1.9. Promover a execução dos serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidas, em observância às normas legais e regulamentares aplicáveis e às recomendações aceitas pela boa técnica;
- 12.1.10. Prestar todas as informações e esclarecimentos solicitados pela CONTRATANTE, julgados necessários à boa gestão do contrato;
- 12.1.11. Cumprir com os prazos, disposições e especificações estabelecidas neste Termo de Referência;

- 12.1.12. Repassar aos fiscais do Contrato, em tempo hábil, quaisquer justificativas de situações específicas que envolvam impedimento do cumprimento dos termos do Contrato, por razões alheias ao controle da CONTRATADA;
- 12.1.13. Comunicar à contratante quaisquer ocorrências que impeçam, mesmo que temporariamente, a execução dos serviços;
- 12.1.14. Manter identificados todos os materiais e equipamentos de sua propriedade, de forma a não serem confundidos com similares de propriedade da CONTRATANTE;
- 12.1.15. Apresentar à CONTRATANTE, sempre que exigido pela equipe de fiscalização do contrato, relatórios e outros documentos inerentes à execução dos serviços;
- 12.1.16. Manter sigilo de todos os dados ou informações da CONTRATANTE, obtidas em função da execução dos serviços;
- 12.1.17. Submeter seus empregados, durante o tempo de permanência nas dependências da CONTRATANTE, aos regulamentos de segurança e disciplina por este instituído, mantendo-os devidamente identificados;
- 12.1.18. Orientar-se pelo sigilo do teor de todos os documentos produzidos e abster-se de transferir responsabilidade a outrem;
- 12.1.19. Assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, uma vez que seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com a CONTRATANTE;
- 12.1.20. Assumir a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados quando da execução do objeto ou em conexão com ele, ainda que acontecido nas dependências da CONTRATANTE, inclusive por danos causados a terceiros;
- 12.1.21. Abster-se de remanejar ou desativar equipamentos ou recursos sem prévia autorização da CONTRATANTE;
- 12.1.22. Fornecer à sua equipe técnica todos os materiais necessários para a prestação dos serviços;
- 12.1.23. Responder por quaisquer acidentes de que possam sofrer os seus empregados, quando em serviço nas dependências da CONTRATANTE;
- 12.1.24. Adotar práticas de sustentabilidade ambiental na execução dos serviços, quando couber, nos termos das legislações em vigor;
- 12.1.25. Abster-se de veicular publicidade acerca do contrato, salvo mediante prévia autorização da CONTRATANTE;

- 12.1.26. Abster-se de contratar servidor pertencente ao quadro de pessoal da CONTRATANTE, durante a vigência do contrato;
- 12.1.27. Disponibilizar uma infraestrutura de atendimento via telefone (0800), e-mail e/ou web, para recebimento e registro dos chamados de suporte realizados, disponibilizando sempre um número de protocolo para controle de atendimento;
- 12.1.28. Abster-se de utilizar na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão contratante, nos termos do art. 7º, do Decreto nº 7.203, de 2010, que dispõe sobre a vedação do nepotismo no âmbito da Administração Pública Federal. É considerado familiar, nos termos do art. 2º, III, do Decreto nº 7.203/2010, o cônjuge, companheiro ou o parente em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau.
- 12.1.29. A CONTRATADA obriga-se a dar ciência, esclarecer o conteúdo, orientar a atuação e obter o consentimento formal dos seus empregados e/ou contratados, que atuem direta e indiretamente na execução dos serviços e/ou atividades objeto deste contrato, mediante a subscrição do Anexo II – Termo de Compromisso de Manutenção de Sigilo e Proteção de Dados Pessoais, devidamente preenchido;
- 12.1.30. A subscrição do Anexo II - Termo de Compromisso de Manutenção de Sigilo e Proteção de Dados Pessoais, assim como a sua entrega ao Órgão Fiscalizador da CONTRATANTE, deverá ocorrer antes do início do efetivo exercício das atividades, por cada signatário vinculado à CONTRATADA.

13. DA VIGÊNCIA

13.1. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período;

13.2. A prorrogação contratual será condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com a CONTRATADA, atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:

- a) Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;
- b) Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;
- c) Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;
- d) Haja manifestação expressa da CONTRATADA informando o interesse na prorrogação;
- e) Seja comprovado que a CONTRATADA mantém as condições iniciais de habilitação.

13.3. A CONTRATADA não tem direito subjetivo à prorrogação contratual;

13.4. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo;

13.5. Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação;

13.6. O contrato não poderá ser prorrogado quando a CONTRATADA tiver sido penalizada nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

14. DO ÓRGÃO GERENCIADOR

14.1. Dentre outras atribuições inerentes à licitação, cabe ao ÓRGÃO GERENCIADOR:

- a) gerenciar a ata de registro de preços;
- b) aferir, anualmente, a vantajosidade dos preços registrados;
- c) conduzir os procedimentos relativos a eventuais renegociações dos preços registrados;
- d) gerir os pedidos de adesão dos órgãos e entidades não participantes da Ata de Registro de Preços e orientar os procedimentos dos ÓRGÃOS ADERENTES; e
- e) O ÓRGÃO GERENCIADOR deverá zelar para que o quantitativo total das contratações pelos ÓRGÃOS ADERENTES observe os limites fixados nos § 4º e 5º, do Art. 86 da Lei Federal nº 14.133/2021.

15. ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS POR ÓRGÃO ADERENTE

15.1. O ÓRGÃO ADERENTE poderá, mediante prévia anuência do ÓRGÃO GERENCIADOR, aderir à Ata de Registro de Preços, desde que realizado estudo que demonstre a viabilidade e a economicidade;

15.2. As adesões por ÓRGÃO ADERENTE somente poderão ser realizadas após a primeira contratação pelo ÓRGÃO GERENCIADOR;

15.3. O fornecedor beneficiário não está obrigado a aceitar o fornecimento decorrente da adesão pelo ÓRGÃO ADERENTE;

15.4. O fornecedor somente poderá contratar com o ÓRGÃO ADERENTE nas hipóteses em que o fornecimento objeto da adesão não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata assumidas com o ÓRGÃO GERENCIADOR e ÓRGÃOS PARTICIPANTES;

15.5. Após a autorização do ÓRGÃO GERENCIADOR, o ÓRGÃO ADERENTE deverá efetivar a contratação solicitada em até 90 (noventa) dias, observado o prazo de vigência da ata, devendo cumprir as atribuições inerentes aos ÓRGÃOS PARTICIPANTES e demais orientações do ÓRGÃO GERENCIADOR;

15.6. O ÓRGÃO ADERENTE deverá verificar a manutenção das condições de habilitação do fornecedor e proceder à consulta ao SICAF e ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, do Portal Transparência da Controladoria Geral da União, para constatar a inexistência de penalidade cujo efeito ainda vigore.

15.7. Compete ao ÓRGÃO ADERENTE:

- a) aceitar todas as condições fixadas na Ata de Registro de Preços;
- b) realizar os pagamentos relativos às suas contratações;
- c) os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas;
- d) a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, devendo registrar no Cadastro de Fornecedores do Estado as penalidades aplicadas ou informá-las ao ÓRGÃO GERENCIADOR, quando se tratar dos órgãos ou entidades que não pertençam ao Estado do Rio de Janeiro.

16. DA CONTRATAÇÃO PELO ÓRGÃO GERENCIADOR E PELOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES/ADERENTES

16.1. A Ata de Registro de Preços é documento vinculativo, de caráter obrigacional, com efeito de compromisso para futura contratação, nos termos definidos neste Termo de Referência;

16.2. A contratação com o fornecedor registrado não é obrigatória e será realizada de acordo com a necessidade do ÓRGÃO GERENCIADOR e dos ÓRGÃOS PARTICIPANTES;

16.3. Compete ao ÓRGÃO GERENCIADOR e aos ÓRGÃOS PARTICIPANTES/ADERENTES promover as ações necessárias para as suas próprias contratações, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços;

16.4. A contratação realizada pelo ÓRGÃO GERENCIADOR e pelos ÓRGÃOS PARTICIPANTES/ADERENTES será formalizada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento similar;

16.5. O ÓRGÃO GERENCIADOR e os ÓRGÃOS PARTICIPANTES/ADERENTES deverão verificar a manutenção das condições de habilitação e proceder à consulta ao SICAF e ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, do Portal Transparência da Controladoria Geral da União, para constatar a inexistência de penalidade cujo efeito ainda vigore;

16.6. O fornecedor registrado deverá manter, durante toda a vigência da Ata de Registro de Preços, a compatibilidade com as obrigações assumidas, assim como todas as condições exigidas na licitação, inclusive as referentes à habilitação e às condições de participação.

17. DO REAJUSTE

17.1. O critério de reajuste atenderá ao disposto na Lei nº 14.133/2021, ou outra legislação que venha a substituí-la, observado o interregno mínimo de 01 (um) ano, contado da data do orçamento estimado;

- 17.1.1. O índice a ser adotado para o reajuste será o ICTI - Índice de Custo da Tecnologia da Informação, admitindo-se, ainda, a livre negociação entre os contratantes, sempre no sentido de se obter o preço mais vantajoso para a Administração, em atenção aos princípios da eficiência e da economicidade;
- 17.1.2. O reajuste não se operará automaticamente e dependerá de solicitação expressa da CONTRATADA, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados do termo final do período anual a que se refere o item 17.1;
- 17.1.3. Caso não seja observado o prazo fixado no subitem anterior, o reajuste somente surtirá efeitos a partir da data em que efetivamente for veiculado o requerimento por meio do Protocolo-Geral do MPRJ;
- 17.1.4. Em qualquer hipótese, o reajuste será calculado considerando, no máximo, a variação do índice acumulado desde a data do orçamento estimado ou do último reajuste concedido.

18. DA GARANTIA CONTRATUAL

18.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

19. DA SUBCONTRATAÇÃO

19.1. Não será permitida a subcontratação total do objeto.

20. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

20.1. O pagamento da contratação será efetuado em até 30 (trinta) dias após o adimplemento das obrigações, mediante apresentação pela CONTRATADA dos respectivos documentos fiscais, acompanhados dos demais documentos relacionados no Edital no Protocolo-Geral do MPRJ, situado na Avenida Marechal Câmara 370, 1º andar, Centro, Rio de Janeiro, RJ;

20.2. Alternativamente, poderá ser autorizado o envio dos documentos fiscais e demais documentos auxiliares por correio eletrônico para a Equipe de Gerenciamento do Contrato, que então fará o protocolo para fins de pagamento;

20.3. As formas de pagamento são as usuais do Estado do Rio de Janeiro, por intermédio do processo de fatura, em conformidade com a Lei n. 287/79 e Decreto n. 16.661/91, mediante crédito em conta corrente, dando-se como liquidada a obrigação após o efetivo crédito da CONTRATADA;

20.4. A respectiva nota fiscal/fatura deverá estar devidamente discriminada em nome do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, CNPJ n. 28.305.936/0001-40;

20.5. Qualquer atraso ocorrido na apresentação da fatura ou da nota fiscal, ou dos documentos exigidos como condição para pagamento por parte da CONTRATADA, importará na prorrogação automática do prazo de vencimento da obrigação do CONTRATANTE;

20.6. Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação da obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência;

20.7. O atesto da(s) nota(s) fiscal(is)/fatura(s), referente(s) aos serviços prestados ou bens fornecidos, bem como a emissão dos termos de aceitação, conformidade ou anuência, caberá à Equipe de Gerenciamento do Contrato ou a servidor designado para esse fim.

21. PRAZOS

21.1. Os equipamentos e componentes listados no item 4 deste Termo de Referência deverão ser entregues no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, contados a partir da emissão da Ordem de Fornecimento de Bens pela Equipe de Gerenciamento do Contrato, nos horários definidos pelo Órgão Fiscalizador do Contrato;

21.2. Os serviços de garantia e assistência técnica “on site” deverão estar ativos e aptos a serem acionados dentro de 15 (quinze) dias corridos após a entrega dos equipamentos correspondentes;

21.3. A CONTRATADA terá o prazo máximo de 05 (cinco) dias corridos para aceite da nota de empenho, após o seu competente recebimento.

22. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

22.1. Com fundamento no artigo 156, da Lei nº 14.133 de 2021, comete infração administrativa a CONTRATADA que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

22.2. Serão aplicadas à CONTRATADA que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- a) **Advertência**, quando a CONTRATADA der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- b) **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- c) **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- d) **Multa moratória** de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;
- e) **Multa compensatória** de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

22.3. No caso de inexecução total do objeto, garantida a ampla defesa e o contraditório, a CONTRATADA estará sujeita à aplicação de multa de 20% (vinte por cento) do valor do contrato, que estará configurada quando a CONTRATADA deixar de iniciar, sem causa justificada, a execução do contrato após 30 (trinta) dias corridos, contados da data estipulada para início da execução contratual;

22.4. A CONTRATADA poderá ser sancionada com multa de até 5% (cinco por cento) do valor global do contrato no caso de retardamento da execução, que será configurado quando a CONTRATADA deixar de iniciar, sem causa justificada, a execução do contrato após 15 (quinze) dias corridos, contados da data estipulada para início da execução contratual;

22.5. No caso de inexecução parcial do objeto, garantida a ampla defesa e o contraditório, a CONTRATADA estará sujeita à aplicação de multa de 5% (cinco por cento) por dia útil de atraso sobre o valor da parcela inadimplida, limitada até 20% (vinte por cento) do valor do contrato, nas hipóteses em que a CONTRATADA deixar de realizar, nos prazos estabelecidos, os serviços advindos desta contratação;

22.6. Na aplicação das sanções, serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para a CONTRATANTE;

- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

22.7. Pelo descumprimento injustificado do prazo fixado no **item 21.1**, ficará a contratada sujeita às seguintes penalidades:

- a) Entre o 1º e o 30º dia útil de atraso injustificado: multa de mora de R\$ 2,50 (dois reais e cinquenta centavos) por dia e por equipamento;
- b) Entre o 31º e o 45º dia útil de atraso injustificado: multa de mora R\$ 3,00 (três reais) por dia e por equipamento;
- c) Entre o 46º e o 60º dia útil de atraso injustificado: o contrato será reputado parcialmente inexecutado e, além das multas de mora, aplicar-se-á multa compensatória no percentual de 10% (dez por cento) sobre o valor total da parcela não executada, sem prejuízo das demais penalidades;
- d) Entre o 61º e 75º dia útil de atraso injustificado: o contrato será reputado parcialmente inexecutado e, além das multas de mora, aplicar-se-á multa compensatória no percentual de 15% (quinze por cento) sobre o valor total da parcela não executada, sem prejuízo das demais penalidades e da rescisão contratual, se a Administração julgar conveniente;
- e) A partir do 76º dia útil de atraso injustificado: o contrato será reputado parcialmente inexecutado e, além das multas de mora, aplicar-se-á multa compensatória no percentual de 20% (vinte por cento) sobre o valor total da parcela não executada, sem prejuízo das demais penalidades e da rescisão contratual, se a Administração julgar conveniente. Caso o atraso seja referente ao pedido inicial, o contrato será reputado totalmente inexecutado e, além das multas de mora, aplicar-se-á multa compensatória no percentual de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, sem prejuízo das demais penalidades e da rescisão contratual, se a Administração julgar conveniente.

22.8. Pelo descumprimento injustificado dos prazos fixados no **item 8.14, “a”**, ficará a CONTRATADA sujeita ao pagamento de multa no valor de R\$ 100,00 (cem reais) por dia útil e por equipamento, até o limite de R\$1.000,00 (mil reais), sem prejuízo das demais penalidades;

22.9. Pelo descumprimento injustificado das substituições (backup) previstas no **item 8.14 “b”**, ficará a contratada sujeita às seguintes penalidades:

- a) Entre o 1º e o 5º dia útil de atraso injustificado: multa de mora no valor de R\$ 40,00 (quarenta reais), por dia e por equipamento;
- b) Entre o 6º e o 10º dia útil de atraso injustificado: multa de mora no valor de R\$ 45,00 (quarenta e cinco reais), por dia e por equipamento;
- c) Entre o 11º e o 15º dia útil de atraso injustificado: multa de mora no valor de R\$ 50,00 (cinquenta reais), por dia e por equipamento.

22.10. Pelo descumprimento injustificado das substituições definitivas previstas no **item 8.14 “c”**, ficará a contratada sujeita às seguintes penalidades:

- a) Entre o 1º e o 5º dia útil de atraso injustificado: multa de mora no valor de R\$ 40,00 (quarenta reais), por dia e por equipamento;
- b) Entre o 6º e o 10º dia útil de atraso injustificado: multa de mora no valor de R\$ 45,00 (quarenta e cinco reais), por dia e por equipamento;
- c) Entre o 11º e o 15º dia útil de atraso injustificado: multa de mora no valor de R\$ 50,00 (cinquenta reais), por dia e por equipamento;
- d) Entre o 16º e o 40º dia útil de atraso injustificado: multa de mora no valor de R\$ 55,00 (cinquenta e cinco reais), por dia e por equipamento;
- e) A partir do 41º dia útil, a cada 10 (dez) dias úteis a mais de atraso injustificado: aumento proporcional de R\$ 15,00 (quinze) reais no valor da multa, por dia e por equipamento.

22.11. Pelo descumprimento injustificado do prazo fixado no **item 8.14 “c”**, ficará a contratada sujeita à multa de 2% (dois por cento), por dia de atraso, na finalização do reparo ou substituição definitiva do equipamento, calculada tendo como base o valor de aquisição do equipamento;

22.12. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à CONTRATANTE (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021);

22.13. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021);

22.14. Todas as penalidades serão registradas no Sistema Nacional de Cadastro de Fornecedores – SICAF;

22.15. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á após regular processo administrativo, observando-se as regras previstas na Resolução GPGJ nº 2.189/2018, na Lei nº 14.133, de 2021 e, subsidiariamente, na Lei 9.784, de 1999. A autoridade competente do MPRJ, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, a abrangência do dano apontada pela área demandante, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade e da razoabilidade. As multas devidas e/ou prejuízos causados à CONTRATANTE serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor do Estado do Rio de Janeiro, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa do Estado do Rio de Janeiro e cobrados judicialmente;

22.16. Assegurar-se-á à CONTRATADA o pagamento pelo que foi executado, devidamente apurado, deduzidas as multas aplicadas caso a garantia prestada seja insuficiente;

22.17. As penalidades serão aplicadas à CONTRATADA durante ou após a vigência do contrato, que se reputará extinto com o recebimento definitivo do objeto ou a sua rescisão.

23. SELEÇÃO DE FORNECEDOR

23.1. A seleção dos fornecedores ocorrerá através de PREGÃO, do tipo MENOR PREÇO POR LOTE, nos termos da Lei Federal n.º 14.133 de 1º de abril de 2021.

24. DA PROPOSTA DE PREÇOS

24.1. As propostas deverão ser apresentadas com as quantidades, contemplando o valor unitário de cada item e o valor global, em moeda nacional, já consideradas as despesas com tributos, impostos, taxas, fretes, seguros, encargos trabalhistas e sociais e demais custos que incidam direta ou indiretamente, implícita ou explicitamente, sobre os equipamentos, softwares e serviços que constituem a solução;

24.2. A fim de dar uniformidade às apresentações das propostas comerciais, elas deverão ser apresentadas no formato da tabela constante no **ANEXO III - Planilha Orçamentária**;

24.3. Para as parcelas compostas por bens, as propostas comerciais deverão especificar detalhadamente os produtos ofertados, constando, no que couber, fabricante, nome comercial, versão e quantidade;

24.4. A critério da Secretaria de Tecnologia da Informação e de Comunicação, o licitante detentor da melhor proposta poderá ser convocado para apresentar amostras para a verificação da compatibilidade do(s) item(s) com as especificações constantes neste Termo de Referência;

24.4.1. A apresentação das amostras somente será solicitada caso não seja possível aferir todas as características do produto por meio da documentação enviada junto à proposta comercial vencedora;

24.4.2. As amostras deverão ser entregues, e, se for o caso, montadas/instaladas, no prazo de 10 (dez) dias úteis, que serão contados do recebimento da notificação;

24.4.3. Os licitantes e demais interessados em acompanhar o procedimento de apresentação e avaliação da amostra deverão encaminhar mensagem eletrônica ao e-mail: getel@mprj.mp.br e informar a intenção de verificar o laudo emitido pelo órgão competente do MPRJ;

24.4.4. O ônus de entregar as amostras é exclusivo da licitante. Portanto, não serão acolhidas como justificativa para a não entrega ou para a entrega além do prazo estipulado, alegações que transfiram a responsabilidade a terceiros, salvo situação excepcional, devidamente comprovada pela licitante;

24.4.5. Não serão consideradas excepcionais para os fins do item anterior, por configurarem risco inerente à atividade, atrasos habituais na entrega pelos Correios ou por empresa transportadora eventualmente acionada pela licitante para efetuar a entrega;

24.4.6. As amostras deverão estar acompanhadas de ficha técnica do produto/material ofertado, que deverá contemplar as características, especificações e matéria prima utilizada na fabricação do item.

25. DO TRATAMENTO DIFERENCIADO PARA AS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

25.1. Não obstante os dispositivos da Lei Complementar n. 123/2006, que regulamenta o comando constitucional contido no artigo 179 da Constituição da República Federativa do Brasil, bem como o disposto na Resolução GPGJ 2.058/2016, que possui igual desiderato, de forma a garantir o sucesso do certame, o tratamento diferenciado para as microempresas e empresas de pequeno porte deverá ser aplicado da seguinte forma:

- 25.1.1. Será assegurada, como critério de desempate, a preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte (Art. 44 da Lei Complementar n° 123/2006);
- 25.1.2. Estabeleceu-se, no lote 2, cota do objeto para a contratação exclusiva de microempresas e empresas de pequeno porte (Art. 48, inciso III da Lei Complementar n° 123/2006);
- 25.1.3. A disputa para os LOTES 3 e 4 do certame deverão ser exclusivamente destinados à participação de microempresas e empresas de pequeno porte (Art. 48, inciso I da Lei Complementar n° 123/2006), uma vez que os valores estimados são inferiores a R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais).

26. DA PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIOS E COOPERATIVAS

26.1. Será admitida a participação de consórcios e cooperativas, desde que atendidos os requisitos previstos nos arts. 15 e 16 da Lei 14.133, de 2021;

- 26.1.1. O acréscimo do valor exigido para a habilitação econômico-financeira dos licitantes consorciados será o mínimo legal de 10% (dez por cento) sobre o valor exigido para o licitante individual, de forma a evitar restrição na disputa do processo licitatório, objetivando-se alcançar a proposta mais vantajosa.

27. DO CONTRATO

27.1. A CONTRATADA obriga-se a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos e as supressões que se fizerem necessários, em até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, conforme art. 125 da Lei 14.133, de 2021;

27.2. O contrato se extingue quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto;

27.3. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que a Administração deverá providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato;

27.4. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa da CONTRATADA:

- a) ficará ela constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
- b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

27.5. Da extinção contratual:

- 27.5.1. O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa. Nessa hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

27.6. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão, se não restringir sua capacidade de concluir o contrato;

- 27.6.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

27.7. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido de:

- a) Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- b) Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- c) Indenizações e multas.

27.8. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

28. DO TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS

28.1. Para a presente contratação, não haverá tratamento de dados pessoais.

29. EQUIPE DE ELABORAÇÃO

Integrante Requisitante: Anderson dos Santos Coelho

Lotação: Gerência de Telecomunicações

Integrante Técnico: Fabricio Melo Soares

Lotação: Gerência de Telecomunicações

Integrante Administrativo: Renata Pinto Lacerda

Lotação: Núcleo Administrativo da Secretaria de Tecnologia da Informação e de Comunicação

30. APROVAÇÃO

Nome: Sandro Denis de Souza Nunes

Cargo: Secretário de Tecnologia da Informação e de Comunicação